

Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e Empresas Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Lojas Colombo S.A - Comércio de Utilidades Domésticas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Lojas Colombo S.A - Comércio de Utilidades Domésticas, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de exercício e período anteriores

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 19 de março de 2018 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17			31.12.18	31.12.17		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.305	3.741	9.306	3.757	Fornecedores e outras obrigações		219.388	201.547	219.388	201.547
Contas a receber de clientes	6	271.508	260.289	271.508	260.289	Empréstimos e financiamentos	13	19.712	5.647	19.712	5.647
Estoques	7	236.154	212.103	236.154	212.103	Salários e encargos sociais		25.198	25.091	25.198	25.091
Impostos a recuperar		13.189	24.885	13.191	24.886	Impostos, taxas e contribuições	15	20.279	20.745	20.279	20.745
Dividendos a receber	9.a) e 12	2.789	2.852	3.057	2.752	Tributos parcelados	16	2.346	2.753	2.346	2.753
Outras contas a receber		23.541	23.043	23.541	23.043	Débitos com partes relacionadas	12	10.123	10.900	10.123	10.900
Total do ativo circulante		556.486	526.913	556.757	526.830	Dividendos propostos	17	1.817	1.945	1.817	1.945
						Outros passivos		12.750	18.533	12.750	18.533
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		311.613	287.161	311.613	287.161
Depósitos judiciais	14	10.371	11.602	10.371	11.602						
Créditos com partes relacionadas	12	4.755	4.990	4.755	4.990	NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	6	369	22	369	22	Empréstimos e financiamentos	13	2.146	4.162	2.146	4.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	11.901	10.151	11.901	10.151	Tributos parcelados	16	19.518	20.961	19.518	20.961
Investimentos	9					Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	14	9.054	9.701	9.054	9.701
Em controladas e controladas em conjunto		68.700	67.902	68.429	67.985	Total do passivo não circulante		30.718	34.824	30.718	34.824
Outros		1.602	1.165	1.602	1.165						
Intangível	10	9.601	7.073	9.601	7.073	TOTAL DO PASSIVO		342.331	321.985	342.331	321.985
Imobilizado	11	57.192	61.182	57.192	61.182						
Total do ativo não circulante		164.491	164.087	164.220	164.170	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
						Capital social		190.000	190.000	190.000	190.000
						Reserva de lucros		188.646	179.015	188.646	179.015
						Total do patrimônio líquido		378.646	369.015	378.646	369.015
TOTAL DO ATIVO		720.977	691.000	720.977	691.000	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		720.977	691.000	720.977	691.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
OPERAÇÕES					
Receita operacional líquida	19	1.223.457	1.253.067	1.223.457	1.253.067
Custo das mercadorias vendidas, da intermediação financeira e dos serviços prestados		(915.884)	(942.680)	(915.884)	(942.680)
LUCRO BRUTO		307.573	310.387	307.573	310.387
Despesas com vendas	20	(172.349)	(170.024)	(172.349)	(170.024)
Despesas gerais e administrativas	20	(154.471)	(153.187)	(154.486)	(153.201)
Outros ganhos, líquidos	22	11.753	10.608	11.753	10.608
Resultado de equivalência patrimonial	9	11.743	12.009	11.758	12.023
		(303.324)	(300.594)	(303.324)	(300.594)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.249	9.793	4.249	9.793
Despesas financeiras	21	(3.337)	(3.078)	(3.337)	(3.078)
Receitas financeiras	21	6.892	1.167	6.892	1.167
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		3.555	(1.911)	3.555	(1.911)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.804	7.882	7.804	7.882
Imposto de renda e contribuição social	23	1.750	1.739	1.750	1.739
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.554	9.621	9.554	9.621
LUCRO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) DURANTE O EXERCÍCIO (expresso em R\$ por ação) - de operações continuadas	18	2,35	2,37		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.554	9.621	9.554	9.621
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>9.554</u>	<u>9.621</u>	<u>9.554</u>	<u>9.621</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Retenção e lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Incentivos fiscais	Legal	Para futuro aumento de capital	Reserva para compra de próprias ações			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		190.000	1.314	15.585	114.000	19.000	19.323	-	359.222
Reversão de dividendos	17.b)	-	-	-	-	-	-	2.117	2.117
Lucro líquido do exercício	17.b)	-	-	-	-	-	-	9.621	9.621
Destinações:									
Reserva legal	17.b)	-	-	481	-	-	-	(481)	-
Subvenção para investimentos	22	-	1.360	-	-	-	-	(1.360)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.b)	-	-	-	-	-	-	(1.945)	(1.945)
Transferência para reservas de lucros	17.b)	-	-	-	-	-	7.952	(7.952)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		190.000	2.674	16.066	114.000	19.000	27.275	-	369.015
Reversão de dividendos	17.b)	-	-	-	-	-	-	1.894	1.894
Lucro líquido do exercício	17.b)	-	-	-	-	-	-	9.554	9.554
Destinações:									
Reserva legal	17.b)	-	-	478	-	-	-	(478)	-
Subvenção para investimento	22	-	1.806	-	-	-	-	(1.806)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.b)	-	-	-	-	-	-	(1.817)	(1.817)
Transferência para reservas de lucros	17.b)	-	-	-	-	-	7.347	(7.347)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>190.000</u>	<u>4.480</u>	<u>16.544</u>	<u>114.000</u>	<u>19.000</u>	<u>34.622</u>	<u>-</u>	<u>378.646</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.803	7.882	7.803	7.882
Ajustes:					
Depreciação e amortização		12.707	12.823	12.707	12.823
Ganho na alienação/ baixa de imobilizado e intangível		658	152	658	152
Resultado de subsidiárias e controladas em conjunto reconhecidas por equivalência patrimonial	9	(11.744)	(12.009)	(11.757)	(12.023)
Despesas financeiras	21	1.014	1.377	1.014	1.377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	4.453	3.375	4.453	3.375
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	14	3.378	4.362	3.378	4.362
Ajuste a valor presente de clientes, estoques e fornecedores		(1.221)	880	(1.221)	880
Receita não realizada		(83)	779	(83)	779
Provisão (reversão) perda de estoques		(1.471)	(300)	(1.471)	(300)
		15.494	19.321	15.481	19.307
Variações no capital circulante:					
Contas a receber de clientes		(19.485)	(51.925)	(19.485)	(51.925)
Estoques		(18.721)	(18.335)	(18.721)	(18.335)
Impostos a recuperar		11.696	9.793	11.696	9.793
Depósitos judiciais		(2.794)	(5.797)	(2.794)	(5.797)
Créditos com partes relacionadas		235	(792)	235	(792)
Outros ativos		(498)	1.512	(498)	1.512
Fornecedores		18.032	31.614	18.032	31.614
Impostos, taxas e contribuições		(3.247)	(2.546)	(3.247)	(2.546)
Débitos com partes relacionadas		(211)	(9)	(211)	(9)
Juros pagos		(1.067)	(1.452)	(1.067)	(1.452)
Outros passivos		(5.232)	7.469	(5.233)	7.468
FLUXO DE CAIXA APLICADOS NAS (GERADO PELAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		(5.798)	(11.147)	(5.812)	(11.162)
Imposto de renda e contribuição social pagos		1.207	910	1.207	910
Caixa líquido atividades operacionais		(4.591)	(10.237)	(4.605)	(10.252)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisições de imobilizado		(6.456)	(9.913)	(6.456)	(9.913)
Aquisições de ativos intangíveis		(5.608)	(2.660)	(5.608)	(2.660)
Adição de investimentos		(437)	-	(437)	-
Valor recebido pela venda de imobilizado		161	1.909	161	1.909
Dividendos recebidos		11.009	9.170	11.009	9.170
Caixa líquido atividades de investimentos		(1.331)	(1.494)	(1.331)	(1.494)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Novos empréstimos		33.081	9.825	33.081	9.825
Novos mútuos com partes relacionadas		550	230	550	230
Pagamento de empréstimos		(20.958)	(7.318)	(20.958)	(7.318)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		(1.137)	(2.410)	(1.137)	(2.410)
Juros pagos		(1.067)	(1.452)	(1.067)	(1.452)
Dividendos pagos e lucros distribuídos		(50)	(57)	(50)	(57)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		11.486	270	11.486	270
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		5.564	(11.461)	5.550	(11.475)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3.741	15.202	3.756	15.232
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	9.305	3.741	9.306	3.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOJAS COLOMBO S.A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Lojas Colombo S.A. – Comércio de Utilidades Domésticas e suas empresas controladas e controladas em conjunto ("Companhia" ou "Lojas Colombo") é uma sociedade anônima fechada com sede em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, com atuação nos Estados da Região Sul, cujo o acionista principal é a AR Colombo S.A. Administração e participações, com participação de 97,4185%.

A Companhia tem por objeto o comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessórias ao negócio principal.

A Companhia realiza vendas utilizando-se a modalidade de financiamento Crédito Direto ao Consumidor (CDC), o qual é substancialmente operado pelo empreendimento controlado em conjunto – Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, bem como operações com cartão de crédito.

As partes relacionadas abaixo mencionadas possuem as seguintes razões sociais e podem ser identificadas nessas demonstrações financeiras pelas seguintes denominações:

- A.R. Colombo Administração e Participações S.A. ("A.R. Colombo");
- Colmagi Atacadista S.A. ("Colmagi").
- Correfar Corretora de Seguros S.A. ("Correfar").
- Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Crediare").
- Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Farroupilha").
- Josema Administração e Participação S.A. ("Josema").
- Colombo Motos S.A. ("Colombo Motos").

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas a sua emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de março de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota nº 3.

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e são publicadas juntas com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

c) Normas contábeis – Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Normas que passaram a vigorar obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros (“Financial Instruments”)

O referido pronunciamento contábil determinou uma nova classificação de ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, orienta ao reconhecimento de perdas de crédito esperadas, as quais já vem sendo registradas no âmbito da norma. A adoção deste pronunciamento não apresentou impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contratos com Clientes (“Revenue from Contracts with Customers”)

Implementa um modelo onde a receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, bem como atendidos os critérios de desempenho. A adoção deste pronunciamento não apresentou impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Normas que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil – a nova norma substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Em relação ao IFRS 16 - Arrendamento mercantil, como as operações da Companhia consistem substancialmente na utilização de imóveis arrendados de terceiros como suas unidades de negócios, com bases em estudos e análises preliminares a Companhia estima que a adoção desta norma trará impactos significativos e relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, efeitos estes que estão em levantamento.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle e influência no negócio. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures") são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em empreendimento controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Custo amortizado

Os ativos financeiros classificados na categoria custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes" (notas nº 5 e nº 6).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3. "Impairment" de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido desde o reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" esperada) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O teste de "impairment" das contas a receber de clientes está descrito na nota nº 6.

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge".

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) ou ("impairment").

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica de contas a receber de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo, calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2018 corresponde em média a 1,14% a.m. (31 de dezembro de 2017 – 2,17% a.m.).

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.8. Ativos intangíveis

a) Direito de uso

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis relativos ao Direito de uso, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 que levam em consideração o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado ao longo de sua vida útil estimada e sujeitos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável, em caso de indicação de perda de seu valor recuperável.

(b) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota nº 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota nº 10.

2.9. Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	20-80
Equipamentos de processamento de dados	4-15
Veículos	5-8
Móveis, utensílios	2-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.10. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação do relatório.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de captação. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2018 corresponde em média a 0,75% a.m. (31 de dezembro de 2017 – 0,88% a.m.).

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Provisões

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.15. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços, bem como a satisfação de obrigação de desempenho, caso existir.

a) Venda de produtos – varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de eletrodomésticos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a entidade vende e entrega um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito e financiamento próprio ou com terceiros.

b) Vendas de serviços

A receita de contratos de prestação de serviços é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

c) Receita de intermediação financeira

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas “pro rata die” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após o sexagésimo dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (“impairment”) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

2.17. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

a) Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

b) Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado.

Os contratos de arrendamento das lojas são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos realizados nos contratos de arrendamento mercantil operacionais são registrados no resultado do exercício, de forma linear, durante o período de vigência desses contratos.

2.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.19. Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado na conta "Receita Subvenção de Investimentos" no momento da realização do crédito presumido do ICMS concedido pelo Estado do Paraná. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reserva Subvenção de Investimentos" no grupo reserva de capital, no patrimônio líquido.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a) Perda ("impairment") estimada

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas ("impairment") sobre os ativos intangíveis, de acordo com a política contábil apresentada na nota nº 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. O imposto de renda e contribuição social ativos são registrados até a extensão de sua recuperabilidade, baseado em projeção de resultados/estimativas da Administração.

c) Perda ("impairment") de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro está "impaired". Essa determinação requer um julgamento significativo, conforme apresentado na nota nº 2.5.3. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, e o comportamento do fluxo de caixa de seus ativos através de indicadores de performance avaliados junto a Administração.

d) Vida útil do ativo imobilizado

Anualmente, a Companhia revisa a vida útil de seus ativos imobilizados. Após a primeira análise periódica da vida útil-econômica, a Administração revisa essa vida útil no mínimo a cada exercício, tomando-se por base análise documentada do trabalho efetuado, com o objetivo de solicitar ou não novas avaliações, com regularidade tal que as estimativas de vida útil e valor residual permaneçam válidos em todos os exercícios.

e) Empreendimento controlado em conjunto

A controlada Josema possui controle conjunto sobre o investimento de 50% detido na Crediare. Devido ao fato da investida estar estruturada sob a forma de sociedade anônima e das partes do acordo possuírem direito aos ativos líquidos da empresa, esse acordo foi classificado como *joint venture* e, dessa forma, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e se protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Risco de mercado

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, exceto a Crediare, a qual possui ativos significativos. Para reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundos da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos, a Crediare efetua a captação diária de empréstimos (CDI) junto a uma instituição financeira de mercado, efetuando a gestão de seu fluxo de caixa.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Conforme demonstrado na nota nº 13, os empréstimos da Companhia são atrelados ao CDI.

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo e serviços, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com referência no mercado. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro, financiamento com terceiros ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Com relação a carteira de cartões de crédito, a Companhia tem como política a realização de operações com administradoras de cartões que possuem um custo atrativo e uma estrutura operacional adequada no que tange a riscos inerentes a fraudes.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha que apresentem um menor custo de captação.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O Departamento de Finanças monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Saldos em 31 de dezembro de 2018		
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	19.949	2.172
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	281.672	-
Total	<u>301.621</u>	<u>2.172</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	5.715	4.212
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	270.932	-
Total	<u>276.647</u>	<u>4.212</u>
	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Saldos em 31 de dezembro de 2018		
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	19.949	2.172
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	281.672	-
Total	<u>301.621</u>	<u>2.172</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		
Empréstimos e obrigações com arrendamento mercantil	5.715	4.212
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	270.932	-
Total	<u>276.647</u>	<u>4.212</u>

(*) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do "hedge" das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Total dos empréstimos (nota nº 13)	21.859	9.809
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)	(9.306)	3.757
Dívida líquida	<u>12.553</u>	<u>6.052</u>
Total do patrimônio líquido	<u>378.646</u>	<u>369.015</u>
Total do capital	<u>391.386</u>	<u>375.067</u>
Índice de alavancagem financeira - %	3,21%	1,62%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Ativos, conforme o balanço patrimonial</u>		
Caixa e equivalentes de caixa operações	9.306	3.757
Contas a receber de clientes e demais contas a receber operações	<u>295.418</u>	<u>283.354</u>
Total	<u>304.724</u>	<u>287.111</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Passivo, conforme o balanço patrimonial</u>		
Custo Amortizado	18.435	4.946
Obrigações de arrendamento financeiro (nota nº 13)	3.423	4.863
Fornecedores e outras obrigações operações continuadas	<u>232.138</u>	<u>220.080</u>
Total	<u>253.996</u>	<u>229.889</u>

4.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou "impaired" pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Da operação comercial		
Prestações a receber com financiamento próprio (i)	11.902	20.191
Cartões de crédito (ii)	258.460	249.329
Outros (iii)	3.307	4.012
Contas a receber de crédito direto ao consumidor interveniência bancária (CDCI) (iv)	20.170	3.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.670)	(1.573)
Ajuste a valor presente de clientes	(7.595)	(8.298)
Receita não realizada	<u>(10.697)</u>	<u>(6.528)</u>
Total	<u>271.877</u>	<u>260.311</u>

- (i) Financiamentos com maior volume de curto prazo com risco reduzido e provisão de crédito de liquidação duvidosa constituída.
- (ii) Risco de crédito suportado pela administradora dos cartões de crédito, portanto sem risco para a Companhia.
- (iii) Contas a receber com vencimentos de curto prazo com liquidez imediata sem constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, e com risco reduzido de crédito.
- (iv) Contas a receber intermediado junto a instituição financeira, com maior volume de médio prazo e provisão de crédito de liquidação duvidosa constituída.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa em espécie	255	323	255	323
Recursos em bancos	9.050	3.418	9.051	3.434
Total	<u>9.305</u>	<u>3.741</u>	<u>9.306</u>	<u>3.757</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Da operação comercial:		
Prestações a receber com financiamento próprio	11.902	20.191
Cartões de crédito	258.460	249.329
Outros	3.307	4.012
Contas a receber de Crédito Direto ao Consumidor Interveniência bancária (CDCI)	20.170	3.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.670)	(1.573)
Ajuste a valor presente de clientes	(7.595)	(8.298)
Receita não realizada	(10.697)	(6.528)
Total	<u>271.877</u>	<u>260.311</u>
Menos parcela não circulante	<u>(369)</u>	<u>(22)</u>
Parcela circulante	<u>271.508</u>	<u>260.289</u>

a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos em 1º de janeiro	1.573	1.862
Complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	4.453	3.375
Baixas efetuadas	(2.356)	(3.664)
Saldos em 31 de dezembro	<u>3.670</u>	<u>1.573</u>

- b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações ocorridas no exercício, pode ser assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Complemento de provisão	4.453	3.375
Recuperação de créditos de clientes	(784)	(634)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - líquido das recuperações (nota nº 20)	<u>3.669</u>	<u>2.741</u>

A constituição da provisão com aplicação do percentual sobre a base de vendas financiadas e a baixa da provisão para contas a receber "impaired" foram registradas no resultado do exercício como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos "impaired".

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação desta demonstração financeira é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

- c) Ajuste a valor presente de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	8.298	7.446
Ajuste a valor presente sobre vendas a prazo e/ou cartão parcelado	26.119	29.026
Realização do ajuste a valor presente	(26.822)	(28.174)
Total	<u>7.595</u>	<u>8.298</u>

Todas as contas a receber não circulantes vencem em até 2 anos a contar da data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2018 havia o montante de R\$3.905 de contas a receber vencidas, para as quais a Companhia não registrou provisão para devedores duvidosos por não apresentarem risco de realização.

A análise de vencimentos das contas a receber vencidas está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Até 30 dias	1.576	904
De 31 a 60 dias	923	340
De 61 a 90 dias	772	255
Acima de 91 dias	4.304	1.587
Total	<u>7.575</u>	<u>3.086</u>

Os vencimentos dessas contas a receber a vencer estão representados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Até 3 meses	143.492	144.480
De 3 a 12 meses	142.403	129.122
De 1 a 2 anos	369	22
Total	<u>286.264</u>	<u>273.624</u>

O resumo dos vencimentos das contas a receber (vencidos e a vencer) está representado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Vencidos	7.575	3.086
A vencer	<u>286.264</u>	<u>273.624</u>
Total	<u>293.839</u>	<u>276.710</u>

7. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Estoque de mercadorias para revenda	239.279	217.045
Materiais diversos	687	667
Provisão para perdas nos estoques	(1.179)	(2.650)
Ajuste a valor presente	<u>(2.633)</u>	<u>(2.959)</u>
Total	<u>236.154</u>	<u>212.103</u>

A Companhia realiza a provisão para perdas nos estoques com base no confronto entre o custo dos produtos e o seu valor médio a mercado descontando os impostos e custos para sua realização.

A movimentação do AVP é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial em 01 de janeiro	2.959	2.979
AVP sobre compras a prazo	13.686	16.303
Realização do AVP	<u>(14.012)</u>	<u>(16.323)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.633</u>	<u>2.959</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

Descrição	Controladora e Consolidado			
	2018			2017
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	918	330	1.248	535
Provisão para contingências	3.274	1.179	4.453	4.729
Demais provisões temporárias	1.733	624	2.357	2.830
Efeitos da Lei nº 11.638/07:				
AVP clientes	1.899	684	2.583	2.822
AVP fornecedores e estoques	136	49	185	360
Mercadorias não entregues	227	82	309	336
"Impairment"	90	32	122	123
Depreciação e amortização pela vida útil remanescente	(1.726)	(621)	(2.347)	(2.630)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	2.199	792	2.991	1.046
Total	<u>8.750</u>	<u>3.151</u>	<u>11.901</u>	<u>10.151</u>

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos é como segue:

Ano	Ativo	Passivo	Controladora e Consolidado	
			2018	2017
2018				7.120
2019	6.220	(530)	4.956	3.031
2020 a 2024	8.028	(1.817)	7.244	
	<u>14.248</u>	<u>(2.347)</u>	<u>11.901</u>	<u>10.151</u>

Os valores de compensação são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	9.315	4.848
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	<u>4.933</u>	<u>7.933</u>
Total	<u>14.248</u>	<u>12.781</u>
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	(1.817)	(1.817)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	<u>(530)</u>	<u>(813)</u>
Total	<u>(2.347)</u>	<u>(2.630)</u>
Ativo de imposto diferido (líquido)	<u>11.901</u>	<u>10.151</u>

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	10.151	8.412
Provisão para contas a receber de clientes (créditos de liquidação duvidosa)	713	(98)
Provisão para contingências	(276)	(144)
Demais provisões temporárias	(473)	204
Efeitos da Lei nº 11.638/07:		
AVP clientes	(238)	291
AVP fornecedores e estoques	(176)	9
Depreciação e amortização pela vida útil	283	168
"Impairment" do imobilizado	(1)	(1)
Mercadorias não entregues	(27)	264
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	<u>1.945</u>	<u>1.046</u>
Em 31 de dezembro	<u>11.901</u>	<u>10.151</u>

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações sobre investimentos

Josema

<u>Participações diretas</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Capital social realizado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro do exercício</u>	<u>Quantidade total de ações/cotas</u>	<u>Participações direta - %</u>	<u>Saldo do investimento</u>	<u>Efeito sobre lucro da controlada</u>	<u>Dividendos propostos</u>
Em 31 de dezembro de 2018	71.489	2.789	43.162	68.699	11.743	35.003.000	100	68.430	11.743	2.789
Em 31 de dezembro de 2017	70.754	2.852	43.162	67.902	12.009	35.003.000	100	67.902	12.009	2.852

b) Movimentação dos investimentos

	Controladora		
	Josema	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	65.719	1.165	66.884
Resultado da equivalência patrimonial	12.009	-	12.009
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.852)	-	(2.852)
Lucros distribuídos	(6.974)	-	(6.974)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.902	1.165	69.067
Aquisição outros investimentos	-	437	437
Resultado da equivalência patrimonial	11.743	-	11.743
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.789)	-	(2.789)
Lucros distribuídos	(8.156)	-	(8.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>68.700</u>	<u>1.602</u>	<u>70.302</u>
	Consolidado		
	Crediare	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	65.592	1.165	66.757
Resultado da equivalência patrimonial	12.023	-	12.023
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.752)	-	(2.752)
Lucros distribuídos	(6.878)	-	(6.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.985	1.165	69.150
Aquisição outros investimentos	-	437	437
Resultado da equivalência patrimonial	11.758	-	11.758
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.057)	-	(3.057)
Lucros distribuídos	(8.257)	-	(8.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>68.429</u>	<u>1.602</u>	<u>70.031</u>

c) Participação societária dos investimentos

	Participação - %	
	2018	2017
Josema	100	100
Crediare (*)	50	50

(*) Participação de forma indireta através da Josema. Josema é sociedade de capital fechado e, por essa razão, não há preço de mercado cotado para suas ações.

d) Outras informações sobre investimentos

(i) Josema

A Josema, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades, com capital inicial de propriedade exclusiva e totalmente integralizado pela Lojas Colombo. A Companhia detém o controle da Crediare em conjunto com o Bradesco S.A.

(ii) Crediare (controlada indireta em conjunto)

A Crediare, instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos captados junto ao Banco Bradesco S.A.

As demonstrações financeiras da Crediare em 31 de dezembro de 2018 apresentam um ativo total de R\$461.929 e um passivo circulante e não circulante de R\$325.071. As rendas a apropriar produtos de crédito montam a R\$122.902 (2017 - R\$115.163). As rendas de operações de crédito montam a R\$151.908 (2017 - R\$159.636) e são registradas na rubrica "Receita de intermediação financeira", na demonstração do resultado da Crediare.

Abaixo seguem as principais informações das demonstrações financeiras da Crediare (controlada em conjunto):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante	325.153	337.197
Não circulante	<u>136.778</u>	<u>123.536</u>
Total do ativo	<u><u>461.931</u></u>	<u><u>460.733</u></u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	312.917	315.093
Não circulante	12.154	9.672
Patrimônio líquido	<u>136.860</u>	<u>135.968</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>461.931</u></u>	<u><u>460.733</u></u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Demonstração do resultado		
Receita da intermediação financeira	151.908	159.636
Despesas da intermediação financeira	(13.585)	(20.465)
Receitas operacionais	32.644	33.543
Despesas operacionais	(127.541)	(128.560)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(19.908)</u>	<u>(20.108)</u>
Lucro líquido do exercício	<u><u>23.518</u></u>	<u><u>24.046</u></u>

10. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado		
	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	7.757	56	7.813
Aquisições	2.660	-	2.660
Alienações	(13)	-	(13)
Amortizações	(3.376)	(11)	(3.387)
Saldo contábil, líquido	<u>7.028</u>	<u>45</u>	<u>7.073</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Custo total	24.435	4.294	28.729
Amortização acumulada	(17.407)	(4.249)	(21.656)
Saldo contábil, líquido	<u>7.028</u>	<u>45</u>	<u>7.073</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	7.028	45	7.073
Aquisições	5.289	-	5.289
Ajuste ao valor de recuperação ("impairment")	319	-	319
Amortizações	(3.070)	(10)	(3.080)
Saldo contábil, líquido	<u>9.566</u>	<u>35</u>	<u>9.601</u>
Em 31 de dezembro de 2018			
Custo total	30.040	4.295	34.335
Amortização acumulada	(20.474)	(4.260)	(24.734)
Saldo contábil, líquido	<u>9.566</u>	<u>35</u>	<u>9.601</u>
Saldo Ajuste ao valor de recuperação ("impairment") em 31 de dezembro de 2018	<u>319</u>	<u>-</u>	<u>319</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	<u>16,14</u>	<u>17,03</u>	

11. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2017	17.443	5.356	10.911	11.729	14.184	3.130	62.753
Aquisições	-	1.085	4.345	2.080	1.718	681	9.909
Ajuste ao valor de recuperação ("impairment")	-	-	48	-	(46)	2	4
Alienações	-	-	(267)	(806)	(162)	(64)	(1.299)
Depreciações	-	(78)	(4.144)	(1.714)	(3.180)	(1.069)	(10.185)
Saldo contábil, líquido	17.443	6.363	10.893	11.289	12.514	2.680	61.182
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo total	17.443	8.423	51.901	18.246	40.136	15.396	151.545
Depreciação acumulada	-	(2.060)	(41.008)	(6.957)	(27.622)	(12.716)	(90.363)
Saldo contábil, líquido total	17.443	6.363	10.893	11.289	12.514	2.680	61.182
Saldo Ajuste ao valor de recuperação ("impairment") em 31 de dezembro de 2017	-	-	(196)	-	(152)	(10)	(358)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	17.443	6.363	10.893	11.289	12.514	2.680	61.182
Aquisições	-	104	3.204	290	2.230	635	6.463
Ajuste ao valor de recuperação ("impairment")	-	-	(9)	-	1	1	(7)
Alienações	-	(28)	(4)	(646)	(79)	(62)	(819)
Depreciações	-	(83)	(4.036)	(1.589)	(2.931)	(988)	(9.627)
Saldo contábil, líquido	17.443	6.356	10.048	9.344	11.735	2.266	57.192
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo total	17.443	8.432	55.091	17.063	41.056	14.594	153.679
Depreciação acumulada	-	(2.076)	(45.043)	(7.719)	(29.321)	(12.328)	(96.487)
Saldo contábil, líquido total	17.443	6.356	10.048	9.344	11.735	2.266	57.192
Saldo ajuste ao valor de recuperação ("impairment") em 31 de dezembro de 2018	-	-	(204)	-	(152)	(9)	(365)
Taxas médias anuais de depreciação - %	-	8,51	20,00	10,45	24,08	22,20	

b) Outras informações

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos conforme descrito respectivamente, nas notas nº 13.b) e nº 16.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

	Controladora									2017	
	2018										
	Crediare	Colombo Motos	Correfar	A.R. Colombo	Consórcio Farroupilha	Josema	Banco Bradesco S.A.	Colmagi	Pessoas físicas		Total
Ativo											
Outras contas a receber	4.224	122	-	-	409	-	-	-	-	4.755	4.990
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	2.789	-	-	-	2.789	2.852
Total créditos com partes relacionadas	4.224	122	-	-	409	2.789	-	-	-	7.544	7.842
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-	8.515	-	-	8.515	3.065
Contas a receber (*)	15.554	-	-	-	-	-	-	-	-	15.554	18.950
Passivo											
Aluguéis a pagar	-	-	-	79	8	-	-	216	3	306	354
Mútuos	-	-	1.199	840	-	-	-	6.323	1.455	9.817	10.382
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	164
Dividendos a pagar	-	-	-	1.770	-	-	-	-	47	1.817	1.945
Total débitos com partes relacionadas	-	-	1.199	2.689	8	-	-	6.539	1.505	11.940	12.845
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	13.825	-	-	13.825	4.596
Receitas/despesas											
Despesas com vendas e administrativas	24.399	989	-	(569)	1.918	-	-	(1.646)	(18)	25.072	24.092
Receitas (despesas) financeiras	(65)	-	(89)	(76)	-	-	-	(453)	(80)	(763)	(965)

As despesas administrativas das operações realizadas com a Crediare e a Consórcio Farroupilha referem-se, principalmente, a despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas Instituições.

As contas a pagar de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas e não estão sujeitas a juros e a prazos de vencimentos determinados.

(*) Corresponde a contas a receber de cartões de crédito e outros recebimentos, não sendo tratados como partes relacionadas por referirem-se a saldo de repasses de terceiros relacionados com a atividade da Companhia, bem como não são eliminados do consolidado.

	Controladora								2017	
	2018									
	Crediare	Colombo Motos	Correfar	A.R. Colombo	Consórcio Farroupilha	Banco Bradesco S.A.	Colmagi	Pessoas físicas		Total
Ativo										
Outras contas a receber	4.224	122	-	-	409	-	-	-	4.755	4.990
Dividendos a receber	3.057	-	-	-	-	-	-	-	3.057	2.752
Total créditos com partes relacionadas	<u>7.281</u>	<u>122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>409</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.812</u>	<u>7.742</u>
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	8.515	-	-	8.515	3.065
Contas a receber	15.554	-	-	-	-	-	-	-	15.554	18.950
Passivo										
Aluguéis a pagar	-	-	-	79	8	-	216	3	306	354
Mútuos	-	-	1.199	840	-	-	6.323	1.455	9.817	10.382
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	164
Dividendos a pagar	-	-	-	1.770	-	-	-	47	1.817	1.945
Total débitos compartes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.199</u>	<u>2.689</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>6.539</u>	<u>1.505</u>	<u>11.940</u>	<u>12.845</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	13.825	-	-	13.825	3.808
Receitas/ despesas										
Despesas com vendas e administrativas	24.399	989	-	(569)	1.918	-	(1.646)	(18)	25.072	24.092
Receitas (despesas) financeiras	(65)	-	(89)	(76)	-	-	(453)	(80)	(763)	(965)

Consolidado

A Companhia é controlada pela A.R. Colombo Administração e Participações S.A. (constituída no Brasil), que detém 97,4185% das ações da Companhia. Os 2,5815% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

As operações de captação através de depósitos interfinanceiros realizadas entre o Bradesco e suas partes relacionadas são efetuadas em condições de prazos e remuneração normais de mercado.

As despesas administrativas das partes relacionadas com a Lojas Colombo referem-se, principalmente, às despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, as quais são apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas partes relacionadas.

As despesas de aluguel da Companhia com partes relacionadas são remuneradas de acordo com o faturamento das respectivas lojas.

Não existem compra e venda de produtos e serviços entre partes relacionadas.

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações ativas de CDC e ressarcimento de despesas.

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas. As contas a pagar não estão sujeitas a juros e a prazos de vencimentos determinados.

b) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração inclui os conselheiros e diretores. O valor dos honorários pagos ou a pagar até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.565 (R\$2.167 em 31 de dezembro de 2017).

c) Empréstimos com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	10.382	12.645
Empréstimos efetuados durante o exercício	550	230
Juros (nota nº nº 21)	619	875
Amortização de principal	(1.136)	(2.410)
Amortização de juros	(598)	(958)
Em 31 de dezembro	<u>9.817</u>	<u>10.382</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Circulante		
Capital de giro (0,9% a.m.)	18.436	4.181
Arrendamento mercantil financeiro	1.277	1.466
Total	<u>19.713</u>	<u>5.647</u>
Não circulante		
Capital de giro (0,9% a.m.)	-	765
Arrendamento mercantil financeiro	2.146	3.397
Total	<u>2.146</u>	<u>4.162</u>
Total de empréstimos	<u>21.859</u>	<u>9.809</u>

- a) Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos não circulantes apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
2018		
2019	-	2.282
2020	1.126	900
2021	776	776
2022	204	204
Total	<u>2.106</u>	<u>4.162</u>

- b) Obrigações de arrendamento financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	1.277	1.466
Mais de um ano e menos de cinco anos	2.146	3.397
Total	<u>3.423</u>	<u>4.863</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>833</u>	<u>699</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	2018	2017
Em 1º de janeiro	13.910	13.910	14.332
Debitado à demonstração do resultado/provisões adicionais	-	-	-
Usado durante o exercício (baixa)	3.378 (4.191)	3.378 (4.191)	4.362 (4.784)
Em 31 de dezembro	<u>13.097</u>	<u>13.097</u>	<u>13.910</u>
(-) Baixa de Depósitos judiciais relacionados ao passivo não circulante	(4.043)	(4.043)	(4.209)
Provisão para contingências - passivo não circulante	<u>9.054</u>	<u>9.054</u>	<u>9.701</u>
Depósitos judiciais relacionados totais	14.414	14.414	15.811
(-) Baixa de Depósitos judiciais relacionados ao ativo não circulante	(4.043)	(4.043)	(4.209)
Depósitos judiciais - ativo não circulante	<u><u>10.371</u></u>	<u><u>10.371</u></u>	<u><u>11.602</u></u>

a) Trabalhistas, previdenciárias e cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$11.300 em 31 de dezembro de 2018 (R\$12.012 em 31 de dezembro de 2017) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados.
- Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". Na opinião de nossos consultores jurídicos, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$1.797 (R\$1.898 em 31 de dezembro de 2017).

b) Contingências possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios no montante de R\$13.316 na área trabalhistas, R\$4.725 na área cíveis e de R\$37.058 na área tributária.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
PIS e COFINS	6.540	7.800
ICMS	8.568	7.404
Obrigações sociais	5.103	5.244
Outros	68	297
Total	<u>20.279</u>	<u>20.745</u>

16. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Parcelamento	21.864	23.714
Total	<u>21.864</u>	<u>23.714</u>
(-) Circulante	(2.346)	(2.753)
Não circulante	19.518	20.961

Em 7 de outubro de 2011, a Companhia recebeu lançamento fiscal de IRPJ e CSLL, que teve como base principal o ganho de capital incorrido quando da venda de participação de 50% da Credifar (atualmente Crediare), através de integralização de capital na controlada Josema. Em 2013 a empresa aderiu a reabertura do PAES, com base na Lei 12.865/13, com relação a débitos da referida operação e adicionalmente, em 2014, aderiu ao PAES com base na Lei no 12.996/14, relacionado a um débito de PIS e COFINS.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social estava composto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por 4.061.348 ações, sendo 3.519.986 ações ordinárias e 541.362 ações preferenciais, sem valor nominal.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da reserva legal; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (iii) reservas estatutárias de 15% para reserva para compra de próprias ações, não podendo exceder a 10% do capital social, e reserva para futuro aumento de capital, não podendo exceder a 60% do capital social; e (iv) atingidos os limites das reservas anteriores, o respectivo saldo deverá ser destinado à capitalização.

Foram computados lucros acumulados, da seguinte forma:

Em 31 de dezembro de 2017	
Reversão de dividendos não pagos	2.117
Lucro do exercício	9.621
Transferência para reserva legal (5%)	(481)
Subvenção para investimentos	(1.360)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	<u>(1.945)</u>
Transferência para reserva de retenção de lucros	<u>(7.952)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	
Reversão de dividendos não pagos	1.894
Lucro do exercício	9.554
Transferência para reserva legal (5%)	(478)
Subvenção para investimentos	(1.806)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	<u>(1.817)</u>
Transferência para reserva de retenção de lucros	<u>(7.347)</u>

A Companhia incorporou ao patrimônio líquido a reversão dos dividendos de R\$2.117 em 30 de abril de 2018 (2.117 em 27 de abril de 2017), conforme Assembleia geral ordinária.

18. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora	
	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia de operações continuadas	9.554	9.621
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	4.061	4.061
Lucro básico por ação de operações continuadas	2,35	2,37

Não foi calculado o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui as ações potenciais com efeito de diluição.

19. RECEITA

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Receita bruta de vendas		
Vendas de mercadorias	1.437.226	1.468.271
Prestação de serviços	10.519	4.829
Receitas da intermediação financeira	<u>26.822</u>	<u>28.174</u>
Total	<u>1.474.567</u>	<u>1.501.274</u>

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Deduções		
Impostos e contribuições	(221.456)	(218.875)
Devoluções e abatimentos	(29.654)	(29.332)
Total das deduções	(251.110)	(248.207)
Receita líquida de vendas	<u>1.223.457</u>	<u>1.253.067</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal e encargos	(152.118)	(148.098)	(152.118)	(148.098)
Encargos de depreciação, amortização	(12.704)	(13.572)	(12.704)	(13.572)
Despesas com aluguel	(32.595)	(33.726)	(32.595)	(33.726)
Despesas com propaganda	(21.955)	(23.936)	(21.955)	(23.936)
Remuneração dos administradores (nota nº 12)	(2.565)	(2.167)	(2.565)	(2.167)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das recuperações (nota nº 6(b))	(3.669)	(2.741)	(3.669)	(2.741)
Despesas com tarifas de cartões	(14.668)	(13.798)	(14.668)	(13.798)
Despesas com manutenção	(20.924)	(20.753)	(20.924)	(20.753)
Despesa com água, energia elétrica e telefone	(7.446)	(7.447)	(7.446)	(7.447)
Remuneração prestação de serviços a terceiros	(36.052)	(31.213)	(36.052)	(31.213)
Impostos, taxas e contribuições	(8.451)	(7.557)	(8.451)	(7.557)
Despesas cíveis e trabalhistas	(8.873)	(12.730)	(8.873)	(12.730)
Outras despesas, líquidas	(4.800)	(5.473)	(4.815)	(5.487)
Custo das mercadorias vendidas	(915.884)	(942.680)	(915.884)	(942.680)
Despesas com vendas e despesas administrativas	<u>(1.242.704)</u>	<u>(1.265.891)</u>	<u>(1.242.719)</u>	<u>(1.265.905)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(915.884)	(942.680)	(915.884)	(942.680)
Despesas com vendas	(172.349)	(170.024)	(172.349)	(170.024)
Despesas administrativas	(154.471)	(153.187)	(154.486)	(153.201)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros recebidos ou a receber	490	494	490	494
Rendimento aplicações financeiras	1.476		1.476	
Varição monetária de ativa (*)	4.231	103	4.231	103
Descontos obtidos	695	570	695	570
Total	<u>6.892</u>	<u>1.167</u>	<u>6.892</u>	<u>1.167</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.050)	(378)	(1.000)	(378)
Juros sobre débitos com partes relacionadas	(619)	(722)	(669)	(722)
Juros sobre parcelamento de tributos (nota nº 16)	(944)	(1.721)	(944)	(1.721)
Descontos concedidos	(724)	(257)	(724)	(257)
Total	<u>(3.337)</u>	<u>(3.078)</u>	<u>(3.337)</u>	<u>(3.078)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>3.555</u>	<u>(1.911)</u>	<u>3.555</u>	<u>(1.911)</u>

(*) Valores correspondente a variação monetária ativa, tem em sua maior parte o montante de R\$1.920 referente a atualização de crédito de INSS e 2.178 referente atualização de crédito de ICMS, registrados no ano de 2018.

22. OUTROS GANHOS (PERDAS), LÍQUIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Receitas com marketing	912	543
Aluguéis terceiros	188	413
Receitas diversas	3.633	3.030
Créditos tributários (*)	2.937	800
Premiações recebidas correspondente bancário	-	1.072
Bonificação recebidas de fornecedores - financeiro	21	387
Receita Subvenção Investimentos	1.806	1.360
Outras	2.256	3.003
Outros ganhos (perdas), líquidos	<u>11.753</u>	<u>10.608</u>

(*) Referente a ganhos tributários, com transito em julgado, em sua maior parte referente a INSS no montante de R\$2.720 registrados em 2018.

23. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto diferido				
Geração e estorno de diferenças temporárias	<u>1.750</u>	<u>1.739</u>	<u>1.750</u>	<u>1.739</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>1.750</u>	<u>1.739</u>	<u>1.750</u>	<u>1.739</u>

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	7.804	7.882	7.804	7.882
Adições (exclusões) permanentes				
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	<u>(11.743)</u>	<u>(12.009)</u>	<u>(11.758)</u>	<u>(12.023)</u>
Outras adições permanentes, líquidas	<u>(1.207)</u>	<u>(987)</u>	<u>(1.192)</u>	<u>(973)</u>
Base de cálculo	(5.146)	(5.114)	(5.146)	(5.114)
Alíquota fiscal combinada - %	34	34	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>1.750</u>	<u>1.739</u>	<u>1.750</u>	<u>1.739</u>

24. SEGUROS

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2018 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	1.750
Compreensivo empresarial	591.508
Veículos	360

25. COMPROMISSOS

a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional -
Companhia como arrendatária

A Companhia arrenda diversos pontos de varejo através de contratos de arrendamento operacional canceláveis, principalmente com sua controladora e outra parte relacionada. Os termos do arrendamento são de um, cinco e dez anos e a maioria dos contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento a valores de mercado. Para rescisão destes contratos, a Companhia tem que fornecer uma notificação com antecedência mínima de 30 dias sendo que todas as despesas com arrendamento são debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguéis totalizaram R\$32.595 (R\$33.726 em 2017).

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, desses contratos totalizam:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Menos de um ano	83	44
Mais de um ano e menos de cinco anos	41.376	51.326
Mais de cinco anos	<u>19.453</u>	<u>19.774</u>
Total	<u>60.912</u>	<u>71.144</u>

b) Avais concedidos

A Companhia apresentou aval em empréstimos tomados pelas empresas do Grupo, com saldo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$15.582 para Colombo Motos S.A. e o montante de R\$7.711 para Uniaero Cooperativa dos Usuários de Aeronave.